

## **Ensino Superior: Histórico e Diversidade Cultural.**

Ensino Superior: Histórico e Diversidade Cultural<sup>1</sup>

Joel Praxedes Capistrano<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho se organiza a partir de uma breve retrospectiva do ensino superior no Brasil desde o período colonial, mostrando que a história da educação superior no Brasil tem reação com o desenvolvimento sócio-histórico brasileiro, marcada pelo elitismo e exclusão. Aborda-se também a associação entre diversidade cultural e ensino superior, buscando os aspectos mais explícitos da diversidade e contribuindo assim para compreensão do modo como a diversidade se expressa no contexto universitário, bem como uma reflexão acerca da docência. Através de pesquisa bibliográfica qualitativa fundamentada na coleta de dados com entrevistas, partindo do pressuposto que os professores receberam uma formação relacionada a diversidade cultural e conhecem a Lei 11.645 que proporciona espaço de estudos e discussões referentes ao tema.

**Palavras-chave: ensino superior, história, diversidade cultural.**

### **ABSTRACT**

This work is organized from a brief review of higher education in Brazil since the colonial period, showing that the history of higher education in Brazil has reaction with the Brazilian socio-historical development, marked by elitism and exclusion. It also addresses the association between cultural diversity and higher education, seeking the more explicit aspects of diversity and contributing to understanding of how diversity is expressed in the university context, as well as a reflection on the teaching. Through qualitative bibliographic research based on the data collection with interviews, on the assumption that teachers received training related to cultural diversity and know the Law 11.645 which provides space studies and discussions on the topic.

**Keywords: higher education, history, cultural diversity.**

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado para a conclusão do Curso de Especialização em Docência no Ensino Superior pela FID – Faculdades Integradas de Diamantino/MT, sob a orientação da Professora Mestre Mylene Wirgues Paese.

<sup>2</sup> Graduado em História pela Univag – Centro Universitário de Várzea Grande em 2004, Pesquisador, Escritor, Poeta Regional e Professor da Rede Estadual, jpchistoria@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A educação como resultante do processo histórico de uma sociedade não se constitui em uma atividade neutra, ela é delineada pelas instituições, pelas atividades culturais e pelas políticas públicas, envolvendo interesses. A sociedade é controlada por meio da legislação educacional composta pelas concepções ideológicas dominantes e intermediadas pelo estado, por meio de valores universais. Assim emerge a necessidade de contextualizar como a diversidade é concebida enquanto diretrizes e políticas, de modo que os direitos humanos possam ser efetivamente alcançados por todos os cidadãos da nossa sociedade.

A história da educação brasileira é marcada pelas desigualdades desde os tempos remotos. Observa-se que o processo da democratização escolar no Brasil se iniciou pela ampliação de vagas, mas por outro lado, o mesmo não aconteceu com a garantia de condições de permanência. Werebe (1994) destaca “ não basta abrir as portas da escola, é preciso que eles aí possam permanecer até concluírem os estudos que aspiram e para os quais têm capacidade”.

Dessa maneira o objetivo dessa pesquisa consiste em analisar a trajetória histórica do ensino superior no Brasil, destacando as lutas pela sua democratização e também a relação do ensino superior com a diversidade cultural, fazendo uma reflexão sobre a necessidade de espaços de convívio que possibilitem conhecimentos e vivências que cooperem para que se apure, nas pessoas, sua percepção de injustiças e de manifestações de preconceito e de discriminação.

A estrutura deste artigo é composta pela introdução e mais duas seções: A primeira apresenta um breve histórico sobre o ensino superior no Brasil, os fatos e acontecimentos relevantes sobre esse tema, pois a escola hoje não é mais a mesma, antes tínhamos um espaço homogeneizado, hoje se apresenta de forma aberta e diversa, tornando um espaço rico em aprendizagem. Nesse sentido nos ensina Marin (2003, p.02) “ A educação possibilita a preservação da diversidade cultural, cria um espaço democrático, dando lugar ao encontro e convivência entre as culturas”. Assim, justifica-se a importância da incorporação do estudo da diversidade cultural brasileira na formação dos

educadores, pois a educação nesse contexto deverá reconhecer tais diferenças.

## **1- Breve histórico sobre o ensino superior no Brasil**

O Brasil foi colônia de Portugal entre 1.500 a 1.882. Nesse período a educação teve três fases: A do predomínio dos jesuítas, a das reformas do Marquês de Pombal principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1.759 e o período em que D. João VI trouxe a corte para o Brasil (1808-1821).

As primeiras experiências do ensino superior no Brasil só ocorrem 308 anos após a chegada dos colonizadores e a criação de cursos superiores e a criação de cursos superiores no país ocorreu somente com a chegada da família real portuguesa, em 1808. Eram cursos isolados e com uma preocupação profissionalizante, muito influenciada pelo modelo francês, com desvinculação entre teoria e prática. Morosini (2005) ressalta que:

Em 1808, por uma carta régia do Príncipe Regente é permitido a criação do curso de medicina na Bahia. Embora rudimentar, apresentava-se sob a forma de um curso regular sistematizado e com um regime escolar. Também é concedido o título de primeiro professor do ensino superior brasileiro, sendo estabelecidas as determinações para o desempenho dessa função.

O ensino superior no Brasil foi tardio e decorreu de uma mudança na estrutura política do estado português que se instaurou aqui com a vinda da coroa portuguesa em 1808, de caráter profissionalizante determinado pelos interesses da elite que aqui aportou com D. João VI. O professor ensinaria em conformidade com as instituições que lhes eram remetidas, esperando-se dele, zelo, conhecimento da instrução, estudos harmoniosos, patriotismo e desempenho do conceito que se fazia de sua pessoa.

No império o ensino foi estruturado em três níveis: O primário, secundário e superior, sendo que o primário se referia ao aprender a ler e escrever. O secundário se manteve dentro do esquema de aulas régias, mas ganhou a divisão de disciplinas em 1824 quando D. Pedro I outorgou a primeira

constituição, onde havia um tópico específico com relação a educação. No império deveria possuir escolas primárias, ginásios e universidades.

Só em 1.850 acontecem as ações mais relevantes a educação, quando a economia cafeeira deu ao país um novo rumo após a decadência da mineração. Essa década foi marcada por uma série de realizações importantes para a educação institucional, tais como a inspetoria geral da instrução primária e secundária do município da corte, seria um ensino mais voltado para os jovens que para as crianças. Nessa fase, a educação popular era vítima do descaso das autoridades e também foi uma época em que faltava formação para os docentes do magistério e os que eram formados não eram suficientes. Quanto ao ensino superior, Ghiraldeli Júnior (2008) nos diz que:

No campo do ensino superior, quem quisesse uma boa escola deveria se deslocar para os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda. Quem desejasse seguir a carreira médica deveria se contentar com a Bahia e Rio de Janeiro. A engenharia estava restrita, de certo modo, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Havia ainda os cursos militares do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e Fortaleza. Existia também o curso da marinha, no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro detinha ainda, escola para o ensino artístico e mais seis seminários para o ensino religioso. Não existia uma política integrada entre o governo central e o que se fazia nas províncias, o que nutria não só um caráter heterogêneo para a educação brasileira da época como também mostrava, para qualquer viajante, uma imensa alteração de qualidade da educação quando este fosse caminhando de província para província. (p.29).

A industrialização do país trouxe, além de diversas transformações, veio também a idéia de reformas do ensino público, universal e gratuito, como bandeira. Sendo que os mesmos que participaram dessa reforma e mais alguns cientistas propuseram a reforma do ensino superior também, substituindo todo o sistema já existente.

No Brasil a igreja católica não conseguiu respaldo do governo para estar a frente do sistema superior de ensino, mesmo prometendo ao governo apoio a este novo regime. Com a reforma do governo Vargas foram instituídas as universidades e definiu-se o formato legal ao que deveriam obedecer todas as instituições que viessem a ser criadas no Brasil, mas não propôs a eliminação da escola autônoma ou negou a liberdade para a iniciativa privada.

Durante a segunda república, que vai de 1945 à 1964, o ensino superior continua crescendo lentamente. Nessa época surge a Rede de universidades

federais e criação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Logo após, foram criadas 18 universidades públicas e 10 privadas, na maioria católica e presbiteriana.

Em 1.950 houve um movimento estudantil, através da UNE pela reforma de todo sistema educacional. A Lei de Diretrizes e Bases votada em 1.961 atendeu aos anseios dos setores privatistas e conservadores, com isso houve uma ampliação do sistema existente. Outro tipo de ascensão que marca essa época é o movimento pelas liberdades democráticas. Porém, no Brasil, o controle do estado sobre a universidade é mantido através da legislação sobre temas específicos.

A ditadura militar durou 21 anos, teve início em 31 de março de 1.964 com o golpe que depôs João Goulart e finalizou com a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney em janeiro de 1.985. Com isso encerra-se a experiência democrática que acontecia desde 1.946. Esse período passa a ser marcado pela repressão com relação a educação, privatização de ensino, exclusão de boa parte dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, instituição do ensino profissionalizante na rede pública. Com a instalação do regime militar e com a ação do estado interventor, ou seja, aquele que desenvolve uma política para o ensino superior, restritiva e coercitiva, nas universidades onde se manifesta com mais força essas ações. As universidades passam a ser invadidas por tropas militares, demissão e prisão de professores e estudantes, apreensões de livros, destituição de reitores e nomeação de reitores interventores, fortalecendo a política educacional autoritária.

No Brasil, ao contrário de alguns países da América latina, promoveu o ensino superior, tanto público quanto privado. Em 20 anos o número de matrículas no ensino superior passou de 95.961(1.960) para 134.500 (1.980), sendo que esse aumento de demanda está associada às novas oportunidades de trabalho. O setor privado se prepara melhor para atender esse momento, pois oferta cursos de baixo custo e poucas exigências para o ingresso. Assim, as instituições privadas tornaram um bom negócio. Houve uma demanda grande do setor privado no sudeste, região mais rica do país, pois a sociedade necessitava de um diploma. Já no norte e nordeste o ensino ficava a cargo do

setor público. O setor privado não dava importância a pesquisa e nem a qualidade do ensino.

Com a Nova Constituição de 1988 e a eleição direta para presidente, tanto o setor privada quanto o público foram estagnados com relação ao ensino superior, porém com a crise a rede privada sentiu mais. Nessa época expandiram-se os cursos noturnos, principalmente na rede privada.

Entre 1.985 e 1.990 aumenta em 145% o número de instituições privadas, passando de 20 para 49, não sendo isso visto de forma positiva. Nesse período, ainda destacam-se as lutas travadas no interior das instituições, onde a organização sindical dos docentes deu origem a Associação Nacional dos Docentes Universitários (ANDES), assumindo papel importante. Essa entidade atuava no setor público e lutava pela democracia e democratização, buscando a participação dos docentes e discentes na gestão das universidades.

Em 1.996, na era FHC foi aprovado a LDB (Lei de Diretrizes e Bases), a universidade deveria articular ensino e pesquisa. O credenciamento das instituições de ensino superior passa a ser obrigatório precedida de avaliações, sendo necessários reconhecimento e renovação periódica. Foi criado o Exame Nacional de Cursos, o conhecido Provão. De acordo com Cunha (2003), as principais ações voltadas para o ensino superior foram “A normatização fragmentada, conjunto de leis regulando mecanismos de avaliação; Criação do Enem, como alternativa ao tradicional vestibular criado em 1911; ampliação do poder docente na gestão universitária, a contra gosto de discentes e técnico-administrativos; reconfiguração do Conselho Nacional de Educação, com novas atribuições; gestação de um sistema de avaliação da educação superior e o estabelecimento de padrões de referência para a organização acadêmica do IES.

Em 2003, com início do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, uma das principais iniciativas foi a instituição do grupo de trabalho – GT, visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das instituições federais de ensino superior. A Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (Sisu/Mec) promoveu o Seminário Universidade: Por que e como reformar, e o Mec com o apoio da Unesco, do Banco Mundial e da Ong Internacional ORUS, realizou o Seminário “Universidade XXI: Novos caminhos

para o Ensino Superior, nesses dois seminários vários e importantes temas foram debatidos.

Os debates nos seminários em 2003 reacenderam as discussões acerca da reforma universitária, tema antigo, desde 1968, com o advento da Lei 5.540, que reorganizou o ensino superior. Mesmo após ter passado pelo Mec Cristóvão Buarque e Tarso Genro a reforma não aconteceu.

Haddad chega ao Mec Tarso no início de 2004; juntos finalizaram o anteprojeto da Reforma Universitária. O novo ministro assumiu o Mec diante de uma agenda com quatro itens prioritários, sendo um deles a Reforma do ensino superior. O início d mandato de Haddad coincidiu com a conclusão da terceira versão do Projeto de Reforma Universitária, que foi entregue ao Presidente Lula por Genro na cerimônia de sua posse.

A despeito de ainda não ter sido aprovada a reforma universitária, sob a batuta de Haddad, além de iniciativas em curso, uma série de novas ações políticas foram e vêm sendo empreendidas pelo MEC. O que poderíamos supor que a conta-gotas o governo vem colocando em prática e reforma universitária.

Ao consultar a página do MEC podemos verificar que existem vários programas direcionadas ao ensino superior e estão entre eles:

- Programa de Educação Tutorial (PET);
- Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT);
- Programa de Bolsa Institucional de Iniciação a Docência (PIBID);
- Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA);
- Fundo de Financiamento ao Estudante do ensino Superior (FIES);
- Programa Incluir;
- Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);
- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI);
- Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

É possível observar que a maioria dos programas/ações do MEC para o ensino superior no período recente procuram responder ao que Mancebo (2004, p.3) chamou a necessidade de satisfazer a crescente demanda por

estudos superiores, associado ao afã de racionalizar recursos. Trata-se de políticas públicas na perspectiva da ampliação do acesso ao ensino superior. Os maiores desafios a serem enfrentados pelo ensino superior é com relação as vagas, pois é fundamental para a expansão do ensino superior e inclusão.

## **2- Diversidade Cultural e o ensino superior**

Torna-se uma necessidade atual e de fundamental relevância a abordagem do tema diversidade cultural a partir do momento em que as universidades desenvolvem um ensino que visa atender com respeito às diferenças de sua clientela, pois cada pessoa tem uma história particular e única que é formada por sua estrutura biológica, cultural e social. Furtado (2014) define a diversidade cultural como sendo:

As diferenças culturais que existem entre o ser humano, e indica como aspectos culturais a distinguir, a linguagem, as danças, o vestuário, a religião e outros elementos adstritos às tradições, fruto da organização da sociedade.

Partindo do ponto de vista da Unesco *diversidade cultural é o complexo de interações envolvendo gentes de diversas culturas que por uma articulação natural ou racional que pode acontecer por força de dispositivos políticos ou administrativos*. O ensino superior é um espaço de produção de saberes e de interações. Espaço esse que toma sempre a sua função nas atividades formativas, tornando os espaços de debates sobre os aspectos culturais. Nesse sentido, ensina Marin (2003): “A educação possibilita a preservação da diversidade cultural, cria um espaço democrático dando lugar ao encontro e convivência entre as diferentes culturas”.

A cultura de cada povo é repleta de elementos que se entrecruzam, carregados de significados que se manifestam em forma de sinais, símbolos e rituais. Esses devem ser interpretados e decifrados dentro da própria cultura e sem comparações, pois todas as culturas são diferentes e nenhuma é melhor que a outra, podendo haver semelhanças, mas nunca culturas idênticas. Dessa maneira os povos indígenas, povos imigrantes, que vieram dos diversos continentes para o Brasil, como os europeus e os africanos trouxeram muitas contribuições culturais como linguística, tradições alimentares, valores, arte,

religiosidade, dança, vestimentas, etc. E mesmo assim fazem parte de uma minoria, que foi silenciada e excluída por muitos séculos, por um sistema educacional homogeneizante. Sendo assim, necessitam da possibilidade de construir uma cultura escolar que considere nos currículos as diferentes manifestações da sociedade brasileira.

As Instituições de Ensino Superior (IES) tem para inserirem disciplinas em seus cursos para atendam a diversidade local. No entanto, pode se verificar que os conteúdos exigidos por lei estão presentes no currículo, mesmo que aqueles que não são exigidos são necessários para atender a diversidade que está no cotidiano do ensino superior. A diversidade é e deve ser entendida como *respeito* e *olhar* para as diferentes manifestações culturais existentes em nosso país. Perrenoud (2006) aborda que:

Enfrentar o desafio de propor um ensino que respeite a cultura da comunidade significa constatar cada realidade social e cultural com a preocupação de traçar um projeto para atender a todos sem exceção.

Historicamente as universidades tem dificuldade em lidar com a diversidade, ao invés de oportunizar a produção de saberes, as diferenças acabam tornando-se problemas. As diferenças existentes exigem com que o professor tenha clareza dos seus objetivos e resultados. Aceitar que os alunos são diferentes não é tarefa fácil, mas requer um tratamento educativo para essas diferenças, pois elas enriquecem o processo ensino aprendizagem. Pensando nessa complexidade, as universidades e os educadores podem utilizar meios diversos de ambientes de aprendizagem e modelos de comportamentos em que se adaptem melhor ou pior a cada situação. Conforme nos diz Lotan (1997, p.15):

Torna-se urgente e necessário uma educação superior verdadeiramente democrática, que inclua a diversidade cultural e faça com que esse processo com mudanças no sistema educacional, enquanto espaço monocultural e através de projetos curriculares que inclua a diversidade.

Nesse sentido, a escola precisa ser um lugar onde a dignidade e o respeito às diversidades culturais sejam valorizadas e o ser humano respeitado. O multiculturalismo defende uma educação onde a diversidade não

é somente constatada, mas também incluída e valorizada no currículo e nas práticas pedagógicas. O professor há que compreender e transformar para a plena inclusão e êxito dos alunos, seja qual for sua etnia e origem.

Ao buscar o reconhecimento e aceitação das minorias, o monoculturalismo tem incitado os mais diversos setores da sociedade. Esta postura constante da luta contra a discriminação e a defesa dos direitos humanos.

A educação superior no Brasil enquanto política de inclusão social, a diversidade tem tido seu destaque nas políticas de ação afirmativa, pois o termo diversidade é tratado e considerado como variedade e convivência de idéias diferentes.

A proposta de uma formação no ensino superior que atenda os princípios da inclusão sugere uma mudança estrutural dentro da universidade e com isso é possível identificar uma crise de paradigmas que cada vez vem exigindo um novo modelo educacional.

Nessa perspectiva, este trabalho apresenta a seguir uma pesquisa através de entrevistas como objeto de investigação que foi feita com educadores do ensino superior de uma Instituição privada de Diamantino-MT.

### **3 – Aspectos detectados na pesquisa**

A análise dos dados consiste em esclarecer o caso estudado a partir do problema e de algumas hipóteses norteadoras que foram confirmadas e outras não. A Aplicação da entrevista/questionário limitou-se aos professores do ensino superior de uma instituição privada de Diamantino.

Dessa forma, a amostra foi definida pelo critério das áreas em que os professores são formados e atuam, sendo composta por 3 professores mestres e 3 professores especialistas, tendo idade entre 30 e 50 anos, e tempo de trabalho entre 4 e 25 anos, que foi respondido por 50 % do sexo feminino e 50 % do sexo masculino, representando 19,36% do universo de 31 professores em diversas áreas na Instituição de Ensino superior.<sup>3</sup>

A pesquisa com os professores universitários permitiu ouvir e pôr em análise como estão sendo as práticas pedagógicas dos docentes do ensino

---

<sup>3</sup> Em atendimento aos profissionais entrevistados não mencionaremos os nomes dos mesmos, bem como não será apontado o nome da instituição.

superior frente à diversidade cultural, e com esse levantamento chegar a sua finalidade ou o verdadeiro problema.

Nas informações obtidas através dos dados coletados, detectou-se que no ensino superior existe uma diversidade cultural gigantesca, que precisa ser mais explorada pelos professores docentes, para assim possibilitar o seu desenvolvimento as suas potencialidades existentes, baseando-se na sua experiência de vida dos discentes.

Verificando os resultados e os dados informativos, percebe-se com muita clareza, que os docentes de diversas áreas no seu trabalho, sempre buscam focar o tema diversidade cultural e proporcionam ambientes de aprendizagem e atividades diferenciadas, buscando a inclusão e o desenvolvimento humano dentro do desenvolvimento global. Nota-se também que os docentes sempre flexibilizam dentro das normas o currículo, trabalhando projetos e eventos pedagógicos que incentivam a interação e a multiculturalidade dos acadêmicos.

No quesito em que pergunta se os entrevistados concordam que a diversidade cultural pode ser considerada a riqueza do mundo<sup>4</sup>, a resposta é quase unânime, pois a maioria concordou que sim. Quando questionados se concorda que já existe essa diversidade e flexibilidade no currículo universitário tendo em vista a boa inclusão da diversidade cultural, 60% dos entrevistados disseram que concordam e 40% disseram que concordam parcialmente. Já na questão nº 9 em que se pergunta: Em seu 'trabalho de docente no ensino superior, você tem focado o tema diversidade cultural com os discentes em sala de aula? Um professor respondeu que quase nunca, outro professor disse que algumas vezes e quatro professores disseram que sempre focam o tema diversidade cultural em sala de aula, confirmando que a maioria trabalha o tema frequentemente ou temporariamente.

A pesquisa mostra que as maiores dificuldades e desafios dos docentes em relação a sua atuação pedagógica diante dos temas transversais, está relacionada á organização curricular, a flexibilização nos currículos no ensino superior e a necessidade de maiores capacitações, para que possam

---

<sup>4</sup> A escola que se insere nessa perspectiva procura abrir os horizontes de seus alunos para a compreensão de outras culturas, de outras linguagens e modos de pensar, num mundo cada vez mais próximo, procurando construir uma sociedade pluralista. (MOACIR GADOTTI, 1992.)

desenvolver novos conhecimentos e efetivar na prática mais inserção deste tema nos currículos e no aprendizado dos educandos, tendo como finalidade prepará-los para tornarem-se cidadãos críticos, responsáveis, solidários, ativos e participativos.

Diante deste contexto os resultados desta investigação revelaram que a diversidade cultural na formação do educador tem avançado, mostrando-se bastante presente no currículo escolar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pelo exposto neste trabalho pôde-se perceber que a história da educação superior no Brasil não pode ser analisada sem levar em consideração o estudo de tendências, expansão, privatização e diversificação vivenciadas pelo sistema de ensino e para isso o estabelecimento das políticas dirigidas ao melhor atendimento às necessidades da sociedade. Sendo que seus resultados devem contribuir para a implementação de medidas que elevem a taxa de escolarização em nível superior da população jovem brasileira a melhorar a qualidade do ensino e eficiência do sistema.

Contudo, durante, durante o período de sua história a educação atuou num padrão homogêneo de cultura. Por isso trabalhar a diversidade cultural não é tarefa nada fácil, pois há aqueles que defendem seus interesses e outros que resistem às mudanças. Além do que esse tema se dá num campo de luta política que busca romper com a idéia de que a diferença é um problema, e que a homogeneização seria um fator de facilitação do trabalho pedagógico, sensibilizando os profissionais da educação de que a escola é um espaço propício a reflexão sobre as diferentes culturas, relacionando a aprendizagem do aluno, com base no respeito à diversidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, L. A. **O Ensino Superior no octênio FHC**. Campinas. Educação e Sociedade. v. 24, n. 82, abr, 2003.

FURTADO, Ana. **Manual de como lidar com a diversidade cultural e promover a igualdade e valorizar a diferença**. Kay Training e Consulting, 2014.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade Cultural e Educação par a Todos**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1992.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. – 3 ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

LOTAN, R. A. **Trabalho para a equidade em salas de aula heterogêneas**. NOVA IORQUE.

MANCEBO, D. **Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento**. Educação e Sociedade. 2004, vol.25, n.88, pp. 845-866.

MARÍN, J. **Globalização, diversidade cultural e prática educativa**. Revista diálogo Educacional, Curitiba: Champagnat. V.4, n.8, jan./abr 2003, p 11-32.

MOROSINI, Marília Costa. **O ensino superior no Brasil**. In STHEFANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs). Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol. III: século XX – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PERRENOUD, P. **Pedagogia diferenciada: das intenções às ações**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

WEREBE, M. J. G. **Grandezas e misérias do ensino superior no Brasil**. São Paulo, Editora Ática, 1994.

UNESCO. **Declaração universal sobre a diversidade cultural – 2002**. Disponível em <http://www.unesdoc.unesco.org>.